

CONTRAOFENSIVA DE GÊNERO: UM ESTUDO DOS ATORES ANTIFEMINISTAS NA ONU

YNDIRA COELHO SOARES¹; LUCIANA BALLESTRIN²

¹Universidade Federal de Pelotas – yndiracsoares@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – luciana.ballestrin@ufpel.edu.br

1. INTRODUÇÃO

A IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada na cidade de Pequim, em 1995, pela Organização das Nações Unidas (ONU), representou um marco para a temática de direitos das mulheres. No encontro, adotou-se a Plataforma de Ação de Pequim, esta tinha como propósito incentivar ações para a execução e garantia dos direitos femininos. Viotti (1995) menciona que a iniciativa é diferenciada, pois traz a perspectiva do empoderamento, conceitua e inclui o "gênero" e, por fim, adota a transversalidade de gênero.

Por outro lado, tanto nas pré-conferências quanto no encontro em si, notou-se uma parceria entre grupos muçulmanos e católicos, as delegações estavam unidas e atuavam através de lobby (BAYES; TOHIDI, 2001). Esses contra-ataques promovidos por grupos conservadores visavam reprimir o "feminismo de gênero" (BUSS, 1998).

Essa "aliança transnacional e transcultural conservadora" (BAYES; TOHIDI, 2001, p. 01) é chamada por algumas autoras feministas como "Aliança Profana" (Unholy Alliance) (CHAPPELL, 2006; CUPAC, EBETÜRK, 2020). Essa aliança pode ser considerada profana por dois motivos: "seus membros incluem atores (...) que assumem uma posição conservadora e patriarcal sobre as mulheres, mas que diferem em outros assuntos fundamentais da política internacional" e por conseguir agrupar "dois dos maiores blocos religiosos do mundo", ainda que possuam também distintas visões sobre diversas temáticas (CHAPPELL, 2006, p. 492).

Essa aliança antifeminista vem crescendo e se articulando de forma mais organizada, além de ter diversificado seus atores: Estados, Organizações Não-governamentais (ONGs), Vaticano, grupos regionais (como Liga dos Estados Árabes e o G77). Esses atores se unem em prol da restauração da "família natural" e contra a "ideologia de gênero" (CUPAC, EBETÜRK, 2020).

Muitas dessas ONGs possuem status consultivo no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) (ROGGE BAND; KRIZSÁN, 2020). Somado a isso, esses grupos vêm se fortalecendo e aumentando suas ações para além das conferências: no Conselho de Direitos Humanos da ONU (CDH), na Comissão sobre o Status da Mulher (CSW) e no Conselho de Segurança, espaços os quais têm obtido avanços na sua agenda antigênero (CUPAC; EBETÜRK, 2020). Ainda, as conquistas transnacionais desses contramovimentos ameaçam às normas de direitos humanos - em especial de gênero - já alcançadas, o que leva o movimento feminista à empregar o seu tempo para garantir o que já foi conquistado, em vez de avançar nas temáticas (ROGGE BAND, 2019).

Posto isso, este estudo busca examinar as atuações dos contramovimentos frente às políticas de gênero na ONU, desde 1990. Assim, busca-se examinar como as políticas de gênero foram sendo mobilizadas, bem como, investigar como esses grupos se articulam e atuam nesses espaços. O marco temporal escolhido se justifica pelo fato desses grupos terem se aliado de forma identificável na década de 1990, mais precisamente, na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD), realizada no Cairo em 1994.

2. METODOLOGIA

Será empregada a técnica de pesquisa documental e bibliográfica, com análise de conteúdo de natureza qualitativa, utilizando-se, portanto, de dados secundários obtidos em periódicos, documentos oficiais, relatórios e a literatura acadêmica que aborda o assunto.

Quanto à teoria, será feita uma revisão bibliográfica acerca dos estudos sobre gênero realizados pelas teóricas feministas, somado a isso, também será utilizada a literatura sobre sociedade civil, contramovimentos e recuos democráticos. Ainda, pretende-se analisar como essas discussões se interseccionam, em particular, no âmbito da ONU. No tocante à parte documental, de forma primordial, as informações serão coletadas através das plataformas online oficiais da ONU, principalmente da *UN Women*, ONU Mulheres, ECOSOC, CDH, CSW, Conselho de Segurança, Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais (DESA), e relatórios da Assembleia Geral. Quanto aos dados, de forma mais específica, a tese utilizará fontes disponibilizadas pela literatura e os sites: UN Data e NGO Branch do DESA.

Por meio desses domínios, serão verificadas as principais (pré)conferências, encontros, normativas e resoluções sobre gênero e direitos das mulheres. Busca-se, com isso, investigar se houve debates e mobilizações, além de identificar como os conceitos de “sexo” e “gênero” foram operados e quais atores estiveram envolvidos nesse processo. Ainda, pretende-se examinar quais categorias foram mobilizadas pelos contramovimentos, objetivando descobrir os principais tópicos por estes contestados e os espaços institucionais que utilizam para se articular. Portanto, pretende-se trazer as principais discussões realizadas pela ONU a respeito da temática, investigando possíveis mudanças institucionais nesse campo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente trabalho - enquadrado na pesquisa de tese e em fase inicial de desenvolvimento - possui resultados ainda incipientes. Em um primeiro momento, percebe-se que os contramovimentos se apropriam de assuntos sensíveis dos próprios movimentos. Por exemplo, no movimento feminista, a sua pluralidade, heterogeneidade e os seus dissensos em alguns tópicos são cooptados por grupos antigênero (CORREDOR, 2019). No caso da Conferência de Pequim, em 1995, a Santa Sé e os grupos religiosos mobilizaram intencionalmente a discussão sobre “igualdade” e “gênero” utilizando “antagonismos de longa data, que às vezes ameaçam a sobrevivência das coalizões feministas” (CORREDOR, 2019, p. 627).

Somado a isso, à medida em que os movimentos sociais obtêm sucesso em alterar estruturas de oportunidades políticas, a chance dos contramovimentos se articularem é maior (CHAPPELL, 2006). Entretanto, os contramovimentos só conseguem emergir caso as conquistas dos movimentos sociais não tenham tido um êxito definitivo e incontestável. Dessa forma, deve haver um espaço que permita a mobilização dos contramovimentos (MEYER, STAGGENBORG, 1996; CHAPPELL, 2006).

A partir de 2004, notou-se um aumento dos países que têm estado presentes na Comemoração do Dia Internacional da Família da ONU (*UN's International Day of the Family*) e no Ano Internacional da Família (*International Year of the Family*). Somado a isso, ONGs conservadoras formalizaram o “*UN Family Rights Caucus*” em 2008; sete anos depois, vinte e cinco Estados-membros da ONU instituíram o “*Group of Friends and Family*”. Ainda, uma série de conferências mundiais da família, World Congress of Families, foram promovidas desde 1997, mas ganharam força a partir de 2012 (CUPAC, EBETÜRK, 2020).

4. CONCLUSÕES

Tendo em vista o que foi mencionado nos parágrafos acima, a pesquisa pretende investigar as ações dos contramovimentos perante as articulações das políticas de gênero no âmbito da ONU, a partir de 1990.

Quanto à relevância, o trabalho possui caráter inovador, especialmente no que tange a incipiência de pesquisas sobre a respectiva temática. Em confluência com isso, a investigação está inserida no cenário de recrudescimento do conservadorismo que questiona o gênero e deslegitima organizações multilaterais, em particular a ONU. Portanto, o trabalho se mostra atual.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAYES, Jane H; TOHIDI, Nayerreh. **Globalization, Gender and Religion: The Politics of Women's Rights in Catholic and Muslim Countries**. Basingstoke: Palgrave, 2001.

BETTIO, F. et al. **The Impact of the Economic Crisis on the Situation of**

BOB, Clifford. **The Global Right Wing and the Clash of World Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

BUSS, Doris. Robes, Relics and Rights: The Vatican and the Beijing Conference on Women. **Social and Legal Studies**, [s. l.], v. 07, n. 03, pp. 339–363, 1998. DOI: <<https://doi.org/10.1177/096466399800700302>>. Disponível em <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/096466399800700302>>. Acesso em junho de 2022.

CHAPPELL, Louise. Contesting women's rights: Charting the emergence of a transnational conservative counter-network. **Global Society**, [s. l.], v. 20, n. 04, pp. 491-520, 2006. DOI: <<https://doi.org/10.1080/13600820600929853>>. Disponível em <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13600820600929853>>. Acesso em maio de 2022.

CORREDOR, Elisabeth. Unpacking ‘gender ideology’ and the global right’s antigender countermovement. **Journal of Women in Culture and Society**, [s. /.] v. 44, n. 03, pp. 613–638, 2019. DOI: <<https://doi.org/10.1086/701171>>. Disponível em <<https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/701171?mobileUi=0&>>. Acesso em junho de 2022.

CUPAC, Jelena; EBETÜRK, Irem. The personal is global political: The antifeminist backlash in the United Nations. **The British Journal of Politics and International Relations**, [s. /.], v.22, n.04, pp. 702-714, 2020. DOI: <<https://doi.org/10.1177/1369148120948733>>. Disponível em <<https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/1369148120948733>>. Acesso em maio de 2022.

MEYER, David; STAGGENBORG, Suzanne. Movements, countermovements, and the structure of political opportunity. **American Journal of Sociology**, [s. /.], v. 101, n.06, pp. 1628–1660, 1996. DOI: <<https://doi.org/10.1086/230869>>. Disponível em <<https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/230869>>. Acesso em junho de 2022.

ROGGEBAND, Conny. International women’s rights: Progress under attack?. **KFG Working Paper**, n. 26, 2019.

ROGGEBAND, Conny; KRIZSÁN, Andrea. **Democractic Backsliding and The Backlash Against Women’s Rights**: understanding the current challenges for feminist politics. Nova York: UN Women, 2020.

VIOTTI, Maria Luiza. “Apresentação”. In: **Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher**. Pequim: ONU, 1995.